ESTUDO DO PROCESSO DA APRENDIZAGEM DE CRIANÇA COM AUTISMO UTILIZANDO A NEUROPEDAGOGIA

DEB MARIA FERREIRA

RESUMO

A escolha do tema se justifca a partir da decisão e da escolha do curso de pós-graduação neste momento em que toda a sociedade se abre para pelo menos procurar entender melhor como se processo a Inclusão do aluno Autista no Sistema Regular de Ensino, vencendo pré-conceitos, estabelecendo parcerias entre escola, família e comunidade, de forma concreta uma educação de qualidade e efetivamente para TODOS. Objetiva também analisar sobre o papel da escola, atuação dos gestores, atuação dos professores e também do fazer pedagógico que interferem no desafo de incluir alunos autistas no sistema regular de ensino. Sendo que a inclusão propriamente dita não é uma via de mão única, os maiores benefciados neste processo são exatamente aqueles que aprendem e se dispõem a conviver com a extrema diversidade do mundo atual de forma aberta, adequada e satisfatória sendo que é dever de todos os envolvidos se sentirem responsáveis e envolvidos para que todo o processo de Inclusão aconteça.

Palavras-chave: Inclusão. Autismo. Neuropedagogia.

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da questão do estudo do processo da aprendizagem de criança com autismo utilizando a neuropedagogia com foco na Inclusão Escolar nos dias atuais representa a expressão de um anseio tanto de familiares, como de profssionais das áreas da psicopedagogia, pedagogia e psicologia.

Um dos problemas comuns do aprendizado da criança autista é a falta de paciência e conhecimento que assola tanto os profssionais da educação, a família e a

sociedade. Este problema afeta as ações docentes durante o processo de alfabetização e de socialização de crianças autistas.

O objetivo deste estudo é indicar alternativas para identifcar quais são as ações docentes evidenciadas na promoção dos processos de socialização e alfabetização de crianças autistas inscritas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em classes regulares. Com vista a verifcar como o aluno autista é acolhido pela comunidade escolar; identifcar como se ocorre o processo de inclusão frente às perspectivas de socialização e alfabetização; identifcar à capacitação dos profssionais que trabalham com esse aluno autista; identifcar o grau de conhecimento dos pais frente à inclusão de seu flho autista em classe regular de ensino; descrever quais estratégias de mediação junto à criança com autismo são mais ou menos efcazes no contexto de inclusão.

O conteúdo apresentado neste artigo poderá benefciar os professores, a equipe pedagógica e a comunidade escolar (pais, alunos e funcionários).

Para fns desta análise os conceitos, surgem diversos questionamentos relativos a possibilidade de inclusão de crianças autistas no ensino regular, justifcando assim o interesse pelo desenvolvimento deste projeto e ressaltando a questão de como pesquisas na área podem contribuir de forma efetiva para a inclusão, demonstrando se é possível alfabetizar e socializar alunos autistas num ambiente escolar regular.

É importante destacar que as informações aqui disponibilizadas, foram obtidas por meio de pesquisa bibliográfca e com estudos de autores que se consagraram historicamente sobre o tema. Deverá também ser de caráter qualitativo, já que se torna mais adequada e viável pela modalidade de estudo que se apresentam contemplando pesquisas em documentos escolares, legislação vigente e atualizada, artigos recentes de revistas e/ou jornais e principalmente sites e redes sociais onde famílias se comunicam e se atualizam quanto aos acontecimentos e depoimentos recentes sobre a inclusão de alunos autistas no âmbito escolar.

AUTISMO INFANTIL

Há muitos anos vem sendo estudado o autismo infantil, quando entramos em contato com os resultados de pesquisas sobre este assunto, percebemos o quanto complexo é esse tema, a começar por suas defnições que ao longo de sua história são diversifcadas.

Bosa (2002, p. 22), em uma revisão rápida de literatura, faz um resgate do conceito de autismo historicamente construído e nos esclarece que o autismo é encontrado como:

[...] síndrome comportamental, síndrome neuropsiquiatra/neuropsicológica,como transtorno invasivo do desenvolvimento, transtorno global do desenvolvimento, transtorno abrangente do desenvolvimento, transtorno pervasivo do desenvolvimento,psicose infantil, precoce, simbiótica, etc.(BOSA, 2002,

p.22).

Atualmente, o termo “transtorno do espectro autista”, vem sendo adotado para ressaltar que há vários graus da patologia. O autismo está enquadrado nos transtornos globais do desenvolvimento e é utilizado, para o seu diagnóstico, o agrupamento de alguns critérios estabelecidos pelo Manual Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM-IV)10 e pela Classificação Internacional de Doenças (CID-10).

De acordo com esses critérios, para ser considerada pessoa com autismo, a criança deve apresentar comprometimento em três áreas principais: alterações qualitativas das interações sociais recíprocas; modalidades de comunicação; interesses e atividades restritos, estereotipados e repetitivos.

Através da avaliação do quadro clínico é feito o diagnóstico do autismo. Não existem testes laboratoriais específicos para a sua detecção. Normalmente, o médico solicita exames para investigar condições (possíveis doenças) que têm causas identificáveis e podem apresentar um quadro de autismo infantil, como a síndrome do X- frágil, fenilcetonúria ou esclerose tuberosa.

Pesquisas como dos autores COSTA E NUNES MAIA, 1988, “permitem definir algumas características clínicas evolutivas detectadas inerentes ao diagnóstico no período do desenvolvimento da criança com autismo infantil. ”

Esses autores observaram que em recém-nascidos as características clínicas mostravam um bebê diferente dos outros, parecia não precisar da mãe, raramente chorava, tornava-se rígido quando era pego no colo, às vezes era muito reativo aos elementos e irritável.

Já no primeiro ano de vida, essas crianças se caracterizavam por não pedir nada, não notar sua mãe, não dar sorrisos, não resmungar, ter falta de interesse por jogos comuns e sociais, não parecer afetuoso, ser muito reativo a sons, apresentar aversão pela alimentação sólida, ser indiferente ou rígido quando pego no colo, tiver ausência de comunicação verbal ou não verbal, ser hipo ou hiper-reativo aos estímulos e ter suas etapas de desenvolvimento motor irregular ou retardadas.

No segundo e no terceiro anos, as mesmas permanecem indiferentes aos contatos sociais, comunicam-se mexendo a mão do adulto, seu único interesse pelos brinquedos consiste em alinhá-los, apresenta intolerância á novidades nos jogos, procuram estimulações sensoriais como ranger os dentes, esfregar e arrancar superfícies, fitar fixamente detalhes visuais, olhar mãos em movimentos ou objetos com movimentos circulares. Já no aspecto motor, andam nas pontas dos pés, balançam a cabeça, giram em torno de si mesmo e batem palmas.

No quarto e quinto ano, apresentam ausência do contato visual, linguagem limitada ou ausente, em alguns casos tem ecolalias e inversão pronominal, anomalias do ritmo do discurso, do tom e das inflexões, resistência ás mudanças no ambiente e nas rotinas, nos jogos apresentam ausência de fantasias, de imaginação e representação.

Embora muitos indícios fortes surjam no decorrer do desenvolvimento destas crianças, apenas com dezoito meses os pais e também pediatras começam a enxergar que algo está errado, retardando assim o diagnóstico precoce. Levando o diagnóstico conclusivo ultrapassar os trinta meses desta criança. Segundo Gonçalves (2009), além das características já citadas pelos autores acima ele complementa que no processo de crescimento, as características do autismo vão tornando-se mais evidentes e percebe-se que a criança age como se não escutasse os comandos, revelam ausência de medo real e um retardo no desenvolvimento das habilidades.

De acordo com os autores citados até o presente momento levam em consideração a mesma abordagem salientando que em geral, os autistas não gostam de contato visual direto, preferem olhar para objetos e não para rostos, não imitam comportamentos, não bocejam, choram ou riem quando outros o fazem, ou seja, podemos constatar que os mesmos não se envolvem com o rico tecido de sinais que partilhamos com os demais membros da espécie. Essa incapacidade pode ser devida ao fato de que eles geralmente se afastam psiquicamente de atividades que envolvam outras pessoas.

Cientificamente, não há comprovações de cura para o autismo. A pessoa autista pode ser tratada e desenvolver suas habilidades de uma forma mais intensiva do que a outra pessoa em alguns aspectos de seu comportamento.

O diagnóstico precoce é importante para poder iniciar a intervenção educacional especializada o mais rapidamente possível.

A questão da inclusão de crianças com necessidades especiais vem sendo discutida e fundamentada desde a luta pelos direitos humanos, vinculada na forma de Declarações e Diretrizes políticas desde 1948. Também assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, onde apresenta em seus artigos 58,59 e 60 a preocupação em incluir alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino.

Há muito a ser esclarecido e discutido a respeito das diferentes conotações que a inclusão possa assumir. Muitos são os fato-

res intervenientes, para que a mesma ocorra. Destacam-se exemplos práticos tais como, os momentos em que se percebe perplexidade, confusão e insegurança na quais professores e outros profissionais se deparam ao receber uma criança com diagnóstico do espectro autista para inclusão.

Acredita-se que apenas o amparo legal para a inclusão não garante uma educação de qualidade para crianças autistas, para que isso aconteça é preciso que ocorra uma adaptação do ensino regular em todo o país, pois de acordo com Serra (2007):

Alunos autistas não aprendem sem um devido suporte. Eles possuem uma forma própria e se optarmos por uma educação inclusiva, ela precisará antes tudo respeitar esta identidade da criança e a flexibilidade deverá ser crucial para o sucesso dos programas (SERRA, 2007, p. 44).

Frente às colocações de Serra necessitamos pensar na inclusão global onde se entende que a organização do currículo e a avaliação devem estar voltadas para a efetiva aprendizagem do aluno autista, respeitando seu processo individual da aprendizagem, conhecendo suas demandas (cognitivas, emocionais e físicas) oportunizando o direito de não apenas estar presente no local físico das dependências da escola, mas de participar e de interagir.

Beyer (2005, p.28) apresenta uma linha de pensamento parecida com autor acima e complementa que educar é confrontar-se com a diversidade e afirma que a primeira condição para a educação inclusiva não custa dinheiro, mas exige uma nova forma de pensar e exercer esse ensino que deve ser organizado de forma que contemple as crianças em suas distintas capacidades.

Frente à ideia de Serra e Beyer é possível refletir que uma escola inclusiva, com capacidade para atender alunos em situações diferenciadas de aprendizagem como no caso dos autistas que se diferenciam quanto aos seus comportamentos, estruturas emocionais e cognitivas, é altamente desafadora e implica em uma ação conjunta e responsável de muitos sujeitos, entre eles pais, professores, equipes diretivas e pedagógicas e gestores dos projetos políticos que visam à inclusão.

Diante deste contexto tão complexo, desafador falar em educação inclusiva para todos remete-se a reflexões sobre a formação das escolas que temos na atualidade levando-nos a pensarmos se poderemos realmente encontrar uma escola onde todos autistas ou não possam realmente aprender, tendo respeitados o seu tempo e sua forma diferenciada de aproximação do conhecimento, integração, socialização e alfabetização?

Aprendizado da criança autista através da neuropedagogia

Desde a primeira infância a criança aprende a aprender e por isso precisa de estímulos saudáveis, como brincar, ouvir música, escutar histórias, ser ouvida, usar a imaginação, etc.

Torna-se difícil entender como se dá o desenvolvimento humano de crianças autistas, uma vez que sabemos que o homem constrói o seu conhecimento na sua relação com o meio conforme as suas próprias condições biopsicossociais.

Numa visão psicopedagógica partindo das ideias de Chamat (2004),é primordial subsidiar os profissionais que atuam com crianças, a compreender e elucidar os problemas e as dificuldades de aprendizagem, agindo de forma a buscar soluções pedagógicas a partir de uma leitura afetivo-cognitiva e social.

O portador de autismo necessita de trabalhos intensificados precocemente assim que descobertos os primeiros traços. As intervenções devem ser em todas as áreas do seu desenvolvimento, em especial, em sua comunicação e nas relações sociais.

Para que o mesmo se desenvolva se faz necessário à mediação do educador, para que haja o melhor aproveitamento do tempo e dos espaços. Incluir não significa estar presente em sala de aula, ou até mesmo brincar a tarde toda com um único objeto.

É preciso pensar as diferentes formas de inserção da criança autista na realidade, no mundo infantil e adulto, nas atividades cotidianas, nas brincadeiras e tarefas fazendo-o participar de alguma forma.

Diante da educação inclusiva que retrata muitas incompletudes e perplexidades cabe aos psicopedagogos participarem de todo o processo inclusivo, dando auxílio e suporte para pais, professores e para a própria criança autista.

Conforme ressalta Beyer (2005, p. 124):

Encontramo-nos, diante de uma encruzilhada, onde, ou retrocedemos e estagnamos, perpetuando práticas sociais e pedagógicas de segregação, ou aceitamos o desafo que tais projetos de inclusão nos trazem e procuramos, como educadores, rever nossas práticas, construir novas competências e aproximarmo-nos de outros colegas que es-

tão abertos ao projeto de educação inclusiva, e, assim buscarmos alterar gradualmente nossas práticas pedagógicas, no acolhimento do aluno com necessidades educacionais especiais nas escolas em geral. (BEYER, 2005, p.124).

Tomando como base a citação do autor acima, pode-se concluir a importância da presença do psicopedagogo em todo o processo de inclusão escolar seja de crianças autistas ou com outras necessidades especiais. O profissional da área da psicopedagogia poderá servir de articulador entre todos que possuem envolvimento com o aprendiz, orientando para que o foco não fique sobre as dificuldades ou patologias, mas sim, sobre as possibilidades. Poderá dar voz a todos os interesses que existam dentro da instituição

e, a partir da voz que é ouvida por si e pelos outros, os profissionais poderão distinguir as barreiras existentes no processo de ensino-aprendizagem e que, sejam passíveis de mudanças. Irá auxiliar a escola a encontrar saídas metodológicas e avaliativas não exclusivas.

Proporcionando um espaço de escuta individual ou coletiva, o psicopedagogo estará acolhendo as pessoas em suas angústias, dúvidas e certezas, pois ao falar também se escuta e se tem a oportunidade de encontrar respostas.

Em suma, cabe ao psicopedagogo, proporcionar um lugar de possibilidades de retomadas, de ressignificações, interagindo com as famílias, com a comunidade escolar, não apenas no sentido de costurar fraturas da aprendizagem, mas de possibilitar a todos que participam deste processo de inclusão algumas ferramentas que possibilitem criar para os autistas um lugar no mundo, lugar de identificação e significados.

Freire (1993) conceitualiza o processo de alfabetização como algo que vai além do reconhecimento de símbolos e letras. É saber interpretar o que está a sua volta fazendo uma leitura de mundo.

Ao analisar as palavras de Freire muitos questionamentos nos indagam. Pois como crianças autistas que são consideradas "surdas para o mundo" podem efetuar essa leitura? Talvez por essa complexidade haja tão poucos autores que falem diretamente sobre a alfabetização de crianças autistas.

O processo da alfabetização inicia desde que a crianças são bebês, para ler essa mesma criança já incorporou um mundo de significados, nomeou objetos, obteve um vasto repertório de palavras, adquiriu já alguns conceitos entre outras habilidades, que foram vivenciadas intensamente ao longo de sua infância, olhando, planejando, brincando, fazendo simbolizações.

Muitos são os pré-requisitos para esse processo de alfabetização que englobam o desenvolvimento motor, tônus musculares adequados, coordenação, consciência corporal, lateralidade. Ao olhar para os diferentes graus de dificuldades das crianças autistas podemos afirmar que elas apresentam comprometimentos em todas as competências que antecedem à aprendizagem da leitura e escrita.

Por essas peculiaridades é fundamental neste processo de alfabetização ensinar, intervir, explorar e esperar, trabalhar com imagens, proporcionando situações didáticas- metodológicas que explorem esta atividade mental.

É preciso pensar em desenvolver tudo o que está imaturo, utilizando-se de uma avaliação criteriosa conhecendo as limitações destas crianças, observando suas modalidades de aprendizagem e respeitando suas potencialidades.

Conforme os achados na literatura que falam sobre alfabetização, ou sobre autista pode-se concluir que não existe um método ou programa que seja mais eficaz ou mais indicado para quem tem Autismo, pois cada um vai se adequar melhor a um ou outro de acordo com o seu perfil. Acredita-se que a chave para a alfabetização está na crença da capacidade de aprendizagem deste indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar com este trabalho, que o autismo é uma síndrome com sintomas e graus de manifestações extremamente variados. Até o momento pouco se sabe, com exatidão, quais são as suas causas, sendo que os estudos ainda estão fundamentados em teorias cognitivas. Com esses estudos e pesquisas nesta área trouxeram novas maneiras de pensar a síndrome.

Ao término da leitura de diversas referências bibliográficas e a finalização do estágio com a estimulação precoce de crianças autistas pode-se analisar que existe um grande número de casos de autistas com um nível de recuperação muito satisfatório, mas mesmo nestes casos não se fala em cura, pois muito embora algumas pessoas tenham conseguido um desenvolvimento considerado excelente, as suas características de autismo permanecem por toda a vida.

Os pais, professores e psicopedagogos precisam ter sempre em mente o princípio norteador da Inclusão escrito na Declaração de Salamanca de1994, onde é salientado que todos, devem aprender juntos, independente

das dificuldades ou diferenças apresentadas.

Talvez a educação inclusiva não consiga ser plena, pois a legislação e as políticas públicas se preocupam em assegurar aos educandos com necessidades especiais

apenas currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades, mas não se dedica a ter professores com especializações adequadas para fornecer atendimento especializado.

Na visão do psicopedagogo que tende a enxergar o autista com um ser que tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios, todo o sistema de educação inclusiva deve ser planejado visando estas características e necessidades, lembrando-se da modalidade de aprendizagem de cada ser.

O autismo se constitui a um quadro de extrema complexidade que exige que abordagens multidisciplinares sejam efetivadas visando-se não somente a questão educacional e da socialização, como também a questão médica e sua etiologias e quadros clínicos bem definidos, passíveis de prognósticos precisos e abordagens terapêuticas eficazes. Com o aperfeiçoamento das pesquisas clínicas, grande número de subsíndromes ligadas ao "autismo "deve ser identificado nos próximos anos, de forma que os conhecimentos sobre o tema aumentem, inclusive com estudos dentro da biologia e das áreas cognitivas são prováveis novas abordagens terapêuticas no trato com essa população.

Somente a partir de uma visão médica, embasada em modelos científicos claros, é que poderemos contribuir para o estudo da questão, ao mesmo tempo em que nos dispomos a pensar realisticamente o problema dessa população afetada.

E para finalizar assim como todos estão pensando sobre novas abordagens de atendimento à população autista, o que a escola está efetivamente fazendo para entender e melhorar o convívio com as crianças que apresentam alguma característica que destoa do que supostamente acreditamos ser normal?

Lembrando que nós, professores precisamos estar sempre atentos e críticos quanto às metas pré-estabelecidas de índices de aprendizagem com os nossos alunos, assim como sempre também estamos tentando padronizar a aprendizagem dos mesmos. Pois no que diz respeito aos alunos que apresentam deficiência em especial o aluno autista, foco desse trabalho, sempre se ponderar com avaliações criteriosas, no sentido de promover a auto estima de o aluno bem como dar suporte técnico e emocional aos familiares.

Sabe-se que os caminhos para a inclusão de autistas, são cheios de obstáculos, relacionados com problemas de formação de profssional, na aplicação correta do currículo, nas práticas educativas, entre outros. Destaca-se a importância deter sensibilidade para observar este ser, buscando pistas de no seu comportamento, através da análise do sorriso, do olhar, do colocar-se no espaço.

Lembrando sempre que o processo de alfabetização, socialização e interação com o outro é um movimento lento e que demanda um tempo diferenciado, um processo que não é simples e que pode trazer muitas frustrações.

Enfm, existem muitas coisas que podem ser feitas pelo autista, a principal é acreditar que ele tem potencial para aprender, é preciso saber que ele enxerga o mundo de forma diferente, mas vive no nosso próprio mundo, e cabe a nós não o deixar fcar fora da escola e privado do convívio social.

.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEYER O. H. Inclusão e avaliação na escola. Porto Alegre, Mediação, 2005.

BOSA, C. Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção. POA: Artemed, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394/96. Brasília. 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Subsídios para a organização e funcionamento de serviços de educação especial: área DA/MEC, SEESP – Brasília/DF, 1995.

CHAMAT, Leila S.J. Técnicas de Diagnóstico Psicopedagógico: o diagnóstico clínico na abordagem interacionalista. São Paulo, Vetor, 2004.

COSTA, Maria Ferreira da Costa; NUNES MAIA, Henrique Gil da Silva. Diagnóstico genético e clínico do autismo. Disponível em HTTP://Scielo.br. Acesso em 16 fev. 2023.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo: www.direitoshumanos.usp.br. Acesso em 16 fev. 2023.

FÁVERO, Eugênia Augusta. Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade, 342 págs. Ed. WVA, tel. (21) 2493-7610.

GAUDERER, Christian. Autismo e outros atrasos do desenvolvimento. Guia Prático para Pais e Profssionais. Rio de Janeiro, Revinter, 1997.

GONÇALVES, Maria Lúcia Ferreira. Ele é autista... O que faço? Cartilha para pais e profssionais da pessoa autista. Orientações de conduta e procedimentos com a pessoa autista.Brasília-DF.2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf.Acessado em Acesso em 16 fev. 2023.

SCHIAVON, D. N.; PEDRO, K. M.; ZANATA, E.M. O processo educativo de alunos com deficiência: a importância da participação familiar.IV Congresso Nacional de Educação Especial. São Carlos, 2010.

SERRA. Daisy. A Educação de Alunos Autistas: entre os discursos e as práticas inclusivas das escolas regulares. Revista Eletrônica Polêmica: LABORE Laboratório de Estudos Contemporâneos. Disponível em: http://www.polemica.uerj.br/pol23/oficinas/artigos/lipis_3.pdf.Acessado em Acesso em 16 fev. 2023.

UNESCO. Declaração de Salamanca, 1994. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acessado em Acesso em 16 fev. 2023.